



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras

Parecer Técnico Conclusivo nº01/2018/CTPNRH-CTPOAR/CNRH

Assunto: Proposta de resolução que “Define diretrizes e critérios para o estabelecimento de prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos como conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos conforme inciso VIII do Art.7º da Lei Nº 9.433/97”.

1. Contextualização

A 36ª Reunião Ordinária do CNRH encaminhou às Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH e Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR demanda de discutir e definir diretrizes e critérios gerais para o estabelecimento das prioridades para a outorga nos planos de recursos hídricos.

A 96ª reunião da CTPNRH, com a presença do Presidente da CTPOAR e convidados, instalou o Grupo de Trabalho para Definição de Diretrizes para Priorização de Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos (GT-Prioridades), conforme discussão iniciada na CTPOAR.

A primeira atividade do GT-Prioridades foi a realização de uma oficina de trabalho com o objetivo maior de *contextualizar e subsidiar* os membros do GT-Prioridades e das CTPOAR e CTPNRH acerca dos conceitos e operacionalização da priorização de outorgas de direito de usos de recursos hídricos nos planos de recursos hídricos e na outorga. A oficina de trabalho foi realizada nos dias 6 (dia inteiro) e 7 (manhã) de junho de 2017.

Este trabalho teve continuidade em diversas reuniões virtuais, que culminaram na realização da reunião conjunta CTPNRH – CTPOAR no dia 31/01/18, que discutiu a minuta de resolução com diretrizes e critérios gerais para estabelecimento de prioridades para outorga de direito de uso de recursos hídricos.

Introdução

O objetivo específico da oficina foi subsidiar o GT-Prioridades nos seguintes aspectos:

- Identificação de diretrizes gerais para a definição de prioridades de outorgas de direito de usos de recursos hídricos, a serem observadas na elaboração de planos de recursos hídricos;
- Identificação de diretrizes gerais para a operacionalização da priorização de outorgas de direito de usos de recursos hídricos, a serem observadas pelos órgãos gestores de recursos hídricos.
- Construção de um documento em resposta à demanda da plenária do CNRH (a ser consolidado posteriormente a partir dos encaminhamentos desta oficina de trabalho).

A oficina, que contou com a presença de 45 pessoas, foi estendida à participação dos membros das duas câmaras técnicas devido à grande dispersão de conceitos, interesses e opiniões ao redor do tema. Buscou-se a equalização de conceitos entre todos os membros das câmaras, visando maior sinergia entre

o trabalho do GT – que viria a seguir – e as expectativas nas câmaras quando da apresentação dos resultados.

Programa da oficina

A oficina foi realizada em três blocos:

- a. Manhã do dia 6 de junho - Apresentações setoriais e temática sobre o tema
- b. Tarde do dia 6 de junho – discussões em grupos de questões relativas ao tema priorização de outorgas de direito de uso de recursos hídricos:
 - i. Quais os critérios a serem considerados no estabelecimento das prioridades?
 - ii. Como implementar ou fazer uso de prioridades de outorgas de direito de uso de recursos hídricos em cenários de curto, médio e longo prazo?
 - iii. Como considerar as situações de disponibilidade hídrica para a implementação de modelo de priorização de outorgas de direito de uso de recursos hídricos?
 - iv. Quais os desdobramentos do estabelecimento de prioridades de outorgas de direito de uso de recursos hídricos nos planos de recursos hídricos e nas outorgas?
 - v. Como implementar algum modelo de priorização de outorgas de direito de uso de recursos hídricos considerando a abrangência de um plano de recursos hídricos – plano nacional, estadual ou plano de bacia hidrográfica?
- c. Manhã do dia 7 de junho – síntese das discussões em reunião plenária das duas câmaras.

Continuidade dos trabalhos

Após a realização da oficina o foco das atividades foi filtrar e qualificar o conjunto de informações colhidas durante o evento, com vistas a uma minuta de resolução. O principal resultado das reuniões realizadas entre os dias 01 a 03/10/17, foi proposta a construção de uma minuta de resolução com o seguinte conteúdo mínimo:

- i. Prioridades de outorga deveriam ser definidas em planos de recursos hídricos;
 - ii. Os comitês de bacias, ou na sua ausência os conselhos de recursos hídricos, seriam os fóruns de discussão das diretrizes para outorgas de direito de uso;
 - iii. Definição das situações nas quais as prioridades de uso seriam aplicadas;
 - iv. Outros elementos complementares, como a necessidade de informações atuais e cadastros de usuários.
- Dia 17 de outubro – videoconferência, construção da primeira versão da minuta de resolução;
 - Dia 20 de novembro – videoconferência, revisão da segunda versão da minuta, com compilação via e-mail;
 - Dia 16 de janeiro – videoconferência, compilação da minuta final, apresentada na reunião conjunta CTPNRH/CTPOAR em 31 de janeiro;
 - Dia 31 de janeiro de 2018 – **reunião conjunta CTPNRH/CTPOAR**. O quórum registrado dessa reunião foi de 22 pessoas, assim distribuídas: 11 membros da CTPNRH, 12 membros da CTPOAR (havendo duas pessoas que são representantes nas duas câmaras), e um participante do MME que participou do GT mas não é membro de nenhuma câmara. Nessa reunião, foi realizada leitura item a item da minuta de Resolução e após manifestação dos presentes a respeito de itens de interesse, vários ajustes foram inseridos. A versão final resultante das discussões foi aprovada pela maioria dos presentes com duas manifestações divergentes, sendo uma abstenção e um voto contrário à aprovação da matéria nesta reunião. O representante que se absteve do voto justificou que a minuta de resolução

não havia sido suficientemente discutida na sua câmara técnica, o que não foi do entendimento dos demais presentes à reunião conjunta visto terem entendido que as dúvidas foram todas dirimidas.

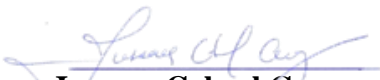
2. Conclusão

21. Ao final da análise conjunta pela CTPNRH e CTPOAR, e verificado o quórum da reunião conjunta, com presenças cumprindo o determinado regimentalmente, com 01 abstenção e 01 voto contrário, aprovou-se a minuta de proposta de Resolução que “Define diretrizes e critérios para o estabelecimento de prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos como conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos conforme inciso VIII do Art.7º da Lei Nº 9.433/97”.

22. Recomenda-se seu encaminhamento ao CNRH, após análise pela CTIL dos aspectos regulatórios e legais, para que a plenária do Conselho possa deliberar sobre a matéria.

Este é o parecer

Em, 09 de fevereiro de 2018.


Jussara Cabral Cruz
Presidente da CTPNRH


Thiago Figueiredo Santana
Presidente da CTPOAR